

DANIANE RHODES

**A RELEVÂNCIA
DA QUESTÃO
FEDERAL**

ACESSO QUALIFICADO À JUSTIÇA NA CORTE SUPERIOR

PREFÁCIO: *Humberto Dalla Bernardina de Pinho*

APRESENTAÇÃO: *Eliana Pulcinelli*

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas	XVII
Prefácio	XIX
Apresentação	XXIII
Introdução	1
1 Acesso à justiça e congestionamento processual no âmbito do STJ: consequências para a adequada prestação da tutela jurisdicional	7
1.1 As dimensões do acesso à justiça.....	7
1.2 O desmembramento do Supremo Tribunal Federal e o surgimento da uma Corte Superior de Justiça	17
1.3 Abrangência da atuação da Corte no recurso especial e agravo em recurso especial.....	21
1.4 Abordagem quantitativa da demanda recursal submetida ao Superior Tribunal de Justiça em recurso especial e agravo em recurso especial.....	24
1.5 A função nomofilática do Superior Tribunal de Justiça	30
2 Filtros recursais para admissibilidade de recursos excepcionais	43
2.1 Institutos semelhantes no ordenamento pátrio.....	45
2.1.1 Transcendência no recurso de revista	46
2.1.2 Repercussão geral no recurso extraordinário	50
2.2 Apontamentos acerca dos filtros recursais em ordenamentos estrangeiros	59
3 A relevância da questão de direito federal: Emenda Constitucional nº 125/2022	67
3.1 Notas históricas: da relevância no recurso extraordinário no anterior ordenamento constitucional à atual relevância da questão de direito federal infraconstitucional	67

3.2 A nova roupagem da relevância e a Emenda Constitucional nº 125/2022	72
3.3 Natureza jurídica do instituto	75
3.4 A imprecisão do conceito de relevância	79
3.5 Previsão constitucional de hipóteses de relevância – art. 105, § 3º, da CRFB/88.....	82
3.5.1 Ações penais.....	88
3.5.2 Ações de improbidade administrativa	89
3.5.3 Ações cujo valor da causa ultrapasse 500 salários-mínimos	90
3.5.4 Ações que possam gerar inelegibilidade	93
3.5.5 Hipóteses em que o acórdão recorrido contrariar jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.....	94
3.5.6 Outras hipóteses previstas em lei.....	97
3.6 A regulamentação da relevância da questão de direito federal infraconstitucional	101
3.6.1 Projeto de Lei nº 3.804/2023	106
3.6.2 Anteprojeto de lei enviado ao Senado Federal pelo Superior Tribunal de Justiça	108
3.6.3 Anteprojeto de lei enviado ao Senado Federal pela Ordem dos Advogados do Brasil.....	114
3.6.4 Considerações sobre a regulamentação	118
4 A relevância da questão de direito federal infraconstitucional e a gestão de processos por meio de padrões decisórios vinculantes	123
4.1 Principais características do sistema de precedentes no Brasil.....	124
4.2 Função paradigmática do recurso especial e os efeitos vinculantes das decisões proferidas em recursos com relevância reconhecida: limites e possibilidades	136
4.3 Impugnação das decisões dos tribunais que aplicam ou afastam a incidência de precedentes vinculantes e a legitimidade dos filtros recursais.....	143

4.4 A contribuição do contraditório e da participação democrática de todos os estratos sociais como vetores da função uniformizadora da interpretação da lei federal.....	153
4.5 Modulação, revisão e superação de precedentes como garantia da flexibilidade e adaptabilidade do direito ao contexto social.....	164
Conclusão	173
Referências	183